



■ VIANA COMANDARÁ SESSÃO EM QUE A VOTAÇÃO DEVE SER INTENSA

Pauta será destrancada hoje

À frente do Senado Federal, Tião Viana quer mostrar agilidade e eficiência. Ontem, durante a reunião de líderes, ficou acordado que a pauta de votações do plenário finalmente seria destrancada. Ao retomar os trabalhos legislativos, a base governista conseguiu apoio para aprovar 16 mensagens da Presidência da República com indicações de nomes para agências reguladoras, embaixadas e outros órgãos e instituições.

As duas Medidas Provisórias que também deveriam ter sido votadas ontem ficaram para ser deliberadas na sessão de hoje.

Isso porque não houve entendimento em torna das MPs que abrem créditos extraordinários para o executivo de R\$ 6,32 bilhões e de R\$ 1,195 bilhão.

Hoje, a votação no plenário Senado deve ser intensa. Os senadores prometeram colocar em votação as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que instituem o voto aberto para os processos de cassação de mandato e para que membros da Mesa Diretora da casa sejam afastados de suas funções quando denunciados por quebra de decoro parlamentar ao Conselho de Ética.

Também ficou acertada durante a reunião de líderes que outras duas PECs referentes à reforma política entram em votação. A PEC 23/2007, do senador Marco Maciel (DEM-PE), institui a fidelidade partidária, nos moldes do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). A outra matéria é a PEC 29/2007, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que admite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

"São matérias importantes para o país que precisam ser normatizadas", afirma a líder do

PT no Senado, Ideli Salvati (SC). "Não é mais possível que a Justiça fique deliberando sobre questões que têm que ser votadas aqui. Este é um pacto suprapartidário, com o intuito de tocar a agenda de votações do Senado", acrescenta.

Segundo a senadora, também está sendo discutido entre as lideranças uma sessão deliberativa específica para que se trate de temas que não foram tratados na reforma do Poder Judiciário. "Seriam questões como a revisão do Código Penal, por exemplo", antecipa Ideli, líder do PT.